

PROCESSO CIVIL

Ação consignatória

- ♦ O depósito insuficiente da quantia, na ação consignatória, acarreta tão somente a extinção parcial da obrigação, não afastando a mora. (148156)

Arrematação

- ♦ A arrematação é considerada perfeita e acabada com a assinatura do auto de arrematação pelo juiz, sendo a imissão na posse uma consequência desse ato de alienação. (148150)

CIVIL E COMERCIAL

Arrendamento residencial

- ♦ A instituição financeira arrendante pode, após notificação ou interpelação do arrendatário inadimplente, propor ação de reintegração de posse para reaver o bem. (148109)

Direito autoral

- ♦ Não constitui ofensa ao direito autoral a execução musical que apresente finalidade didática e sem intuito de lucro, desde que realizada em estabelecimento de ensino. (148135)

PENAL E PROCESSO

Casa de prostituição

- ♦ Eventual tolerância de parte da sociedade e de algumas autoridades públicas não implica a atipicidade material da conduta de manter casa de prostituição. (148091)

Uso de documento falso

- ♦ O fato de o acusado ter apresentado a carteira de motorista falsa aos policiais quando por eles abordado em diligência de rotina, não afasta o tipo respectivo. (148180)

TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

Rescisão do contrato de trabalho

- ♦ No pedido de demissão, a exigência de assistência sindical se faz necessária não apenas para a quitação, mas também para a validade da manifestação de vontade do empregado. (147794)

Salário

- ♦ Em caso de dano causado pelo empregado, o desconto será lícito, desde que esta possibilidade tenha sido acordada ou na ocorrência de dolo do empregado. (147981)

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO

Contrato administrativo

- ♦ Admite-se o direito ao recebimento do valor pertinente ao FGTS nos contratos administrativos de trabalho por tempo determinado que sejam declarados nulos. (148198)

Improbidade administrativa

- ♦ As verbas salariais, por serem absolutamente impenhoráveis, também não podem ser objeto da medida de indisponibilidade na Ação de Improbidade Administrativa. (147600)

TRIBUTÁRIO

Execução fiscal

- ♦ É possível o redirecionamento da ação contra o espólio, herdeiros ou sucessores do *de cujus*, mesmo quando o óbito tenha ocorrido antes do ajuizamento da execução fiscal. (147435)

Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços

- ♦ Em se tratando de ICMS incidente sobre importação de mercadoria, sujeito ativo da relação tributária é o Estado no qual está situado o destinatário do bem. (148071)

SÃO PAULO	PROCESSO CIVIL	TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
Execução de alimentos	<ul style="list-style-type: none">♦ No processo de inventário, os direitos hereditários do alimentante podem ser adjudicados para a satisfação de crédito dos alimentandos. (147854)	Rescisão indireta do contrato de trabalho <ul style="list-style-type: none">♦ Para acolhimento da rescisão indireta do contrato de trabalho é imprescindível a existência de falta grave e recente o suficiente para ocasionar a quebra da fidúcia entre as partes. (147684)
Preparo	<ul style="list-style-type: none">♦ O indeferimento da gratuidade de justiça não pode conduzir ao imediato não conhecimento do recurso por deserção, sendo necessária a abertura de prazo para realização do preparo. (148098)	Vale-transporte <ul style="list-style-type: none">♦ A percepção do vale-transporte em pecúnia não transmuda a natureza indenizatória do benefício. (147760)
CIVIL E COMERCIAL		CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO
Condomínio de fato	<ul style="list-style-type: none">♦ As associações civis constituídas em loteamentos não podem ser consideradas condomínios, não podendo cobrar de não associados valores referentes à taxa de manutenção. (148146)	Arguição de inconstitucionalidade <ul style="list-style-type: none">♦ A Lei Estadual que estabelece parâmetros para o comércio coletivo de produtos e serviços através de sítios eletrônicos no âmbito do Estado é constitucional. (148200)
Mandato	<ul style="list-style-type: none">♦ Os atos praticados pelo mandatário, no exercício do mandato, após a morte do mandante são nulos, não produzindo efeitos jurídicos. (148219)	Magistratura <ul style="list-style-type: none">♦ Para adquirir direito ao primeiro período de férias o empregado, servidor ou magistrado deverá completar o período de um ano de serviço prestado. (148116)
PENAL E PROCESSO		TRIBUTÁRIO
Júri	<ul style="list-style-type: none">♦ Se o documento ou objeto não guarda relação direta com os fatos retratados nos autos e imputados ao agente, desnecessária sua juntada dentro do tríduo legal. (148124)	Ação de repetição de indébito <ul style="list-style-type: none">♦ O consumidor é parte legítima para discutir judicialmente a cobrança do ICMS incidente sobre a demanda contratada de energia elétrica. (147578)
Roubo	<ul style="list-style-type: none">♦ Mostra-se prescindível a apreensão e realização de perícia na arma utilizada na prática do crime de roubo, desde que seja comprovada sua utilização por outros meios de prova. (147806)	Taxa judiciária <ul style="list-style-type: none">♦ Taxa judiciária é tributo destinado a remunerar a atividade jurisdicional e não se confunde com as custas cobradas pela utilização de serviços cartorários judiciais e extrajudiciais. (147154)